

Nº 69

Evolução das despesas com habitação e transporte público nas Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF): análise preliminar - 2002-2009

1º de dezembro de 2010

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República
Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Pérsio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Comunicados do Ipea

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados da Presidência* e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas 100 do **Ipea**.

Apresentação¹

Este comunicado tem como objetivo analisar a evolução dos dados urbanos da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada nos períodos de 2002/2003 e 2008/2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para definir a classe de despesas urbanas, foram selecionadas e agrupadas as diferentes despesas da POF 2008/2009 e suas correlatas na POF 2002/2003 em sete categorias de despesas: *a*) taxas urbanas; *b*) aluguel; *c*) tributos imobiliários; *d*) aquisição de imóvel; *e*) condomínio; *f*) água; e *g*) transporte urbano.

Para a análise, elaboraram-se dois indicadores: a proporção (frequência) de famílias que declararam realizar a despesa e a mediana da participação da despesa na renda total (monetária e não monetária) somente entre essas famílias que declararam realizar tal despesa. Esse último indicador se justifica por fornecer melhor visão do peso da despesa no orçamento familiar. Caso optássemos por utilizar a participação da despesa na renda tanto de famílias pagantes como não pagantes, aquelas despesas de menor frequência entre as famílias teriam baixo indicador, mesmo tendo alto peso no orçamento de quem as consome.

O texto foi dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção são apresentados os resultados nacionais da POF 2008/2009 e sua comparação com os dados da POF 2002/2003. São exibidos os indicadores de frequência de pagantes no Brasil e a participação da despesa anual na renda anual (monetária e não monetária) somente dessas famílias pagantes. A segunda seção desagrega os dados da POF 2008/2009 analisando os resultados por seis faixas de estrato familiar, de forma a medir o perfil distributivo da despesa. A terceira seção faz uma análise regional dos dados, dividindo-os nas cinco grandes regiões brasileiras. Dentro de cada grande região brasileira elaborou-se ainda uma subdivisão entre municípios de capitais e regiões metropolitanas (RMs) e em municípios do interior urbano.

1 - Análise Nacional por Grupo de Despesa nas POFs 2002/2003 e 2008/2009

Nesta seção, será feita uma análise nacional de sete indicadores de despesas urbanas, quais sejam: despesas com taxas urbanas, despesas com aluguel, com tributos imobiliários, com aquisição de imóveis, com água, com condomínio e com transporte urbano. Será analisada a evolução dos dados da POF 2002/2003 e 2008/2009 por meio da elaboração de dois indicadores: um de frequência, que indicará a proporção de famílias que declararam ter realizado determinada despesa no universo de todas as famílias, e outro de participação de despesa na renda familiar dos pagantes. Este último foi elaborado com o objetivo de determinar o peso da despesa no orçamento dos usuários, de forma que uma baixa frequência da despesa entre as famílias brasileiras (como por exemplo, a despesa com metrô) não nos forneça uma falsa ideia de que a despesa é muito baixa e possui pouco impacto no orçamento familiar. Os problemas na análise dos gastos em transporte serão melhor debatidos no item 1.7.

¹ Este comunicado contou com a participação de Pedro Humberto Bruno de Carvalho Junior, Bernardo Alves Furtado e Liana Teixeira Duque.

1.1 - Despesas com Taxas Urbanas:

As despesas com taxas urbanas foram definidas como os seguintes itens das POFs: taxas gerais (coleta de lixo, prevenção e extinção de incêndio, segurança etc.), taxa de coleta de lixo, taxa de prevenção e extinção de incêndio, taxa de segurança, taxa de iluminação pública, taxa de conservação urbana, taxa de lixo, taxa de asfaltamento, taxa de instalação de esgoto e taxa de tratamento de esgoto.

Verifica-se que houve um crescimento de domicílios que passaram a pagar algum tipo de taxa urbana no período da POF 2002/2003 e 2008/2009 passando de 6,2% para 13,1%, conforme detalhado no Anexo 1-A. Porém a mediana da participação na renda familiar anual dessa classe de despesa foi em média de apenas 0,15% entre os pagantes no período. A principal taxa paga foi a de Iluminação Pública (declarada inconstitucional antes da EC 39/2002) cuja frequência cresceu de 0,6% para 9,1% dos domicílios no período.

É importante enfatizar que, na maioria das vezes, essas taxas urbanas são cobradas no carnê do IPTU, como é o caso da Taxa de Coleta de Lixo ou Limpeza Pública, ou na fatura de energia elétrica, como é o caso da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (Cosip). Por isso, é provável que esse indicador de frequência seja de fato maior, pois os declarantes da POF podem ter inserido erradamente essas taxas nas despesas do IPTU ou de Energia Elétrica.

1.2 - Despesas com Aluguel:

As despesas relativas a aluguel nas POFs foram definidas como sendo aluguel do imóvel, aluguel de garagem, os encargos adicionais (juros, multa etc.), o aluguel estimado (para imóveis não pagantes), o contrato, seguros e depósito de locação, as despesas com mudança e o aluguel e demais despesas locatícias relativas a outros imóveis que não o de residência. As despesas e os indicadores estão definidos no Anexo 1-B.

Verificou-se que houve um crescimento de 12,9% para 17,0% dos domicílios pagantes de aluguel no período de realização das duas POFs e, entre esses pagantes, a despesa não variou entre as duas pesquisas, representando em média 12,3% dos seus rendimentos.

Conseqüentemente, 83,44% dos domicílios declararam não pagar aluguel em 2008/2009. Considerando-se o aluguel imputado na POF, ou seja, aquele estimado pelo próprio morador de domicílio não pagante de aluguel, ele equivaleria a 14,15% da renda dos mesmos nas duas POFs, um indicador um pouco superior em relação àqueles que de fato pagam aluguel.

Os custos de contratos de locação e suas taxas foram declarados em média por 4% dos domicílios nas duas POFs. Apesar da baixíssima frequência da despesa de pagamento com seguro fiança e depósitos de locação de imóvel, eles representaram em termos medianos respectivos 2% e 3,7% das rendas anuais dos pagantes ou 23,4% e 44,9% de sua renda média mensal. Tal fato é preocupante, pois esse alto indicador é uma grande barreira a entrada no mercado de locação formal (o que se expressa pela baixa frequência), reduzindo as garantias locatícias. Outra despesa importante nesse grupo foi o gasto com mudanças, que abrangeu em média 3,1% dos domicílios nas duas POFs, porém representando apenas 0,4% de suas rendas anuais, entre os pagantes. O Anexo 1-B também mostra os indicadores de alugueis de outros imóveis, com uma média de apenas 2,8% das famílias que declararam realizar tal despesa nas duas POFs.

1.3 - Despesas com Tributos Imobiliários:

No Anexo 1-C consolidaram-se as despesas dos domicílios com o IPTU, o ITR (Imposto Territorial Rural) e o SPU (Serviço de Patrimônio da União),² bem como as despesas com juros, multas e adicionais desses impostos. Houve um crescimento do número de domicílios que declararam pagar impostos imobiliários entre as POFs 2002/2003 e 2008/2009, passando de 24,7% para 32,8%, o que representou em termos médios no período 0,9% da renda dos contribuintes desses impostos.

De acordo com a POF 2008/2009, o IPTU foi o responsável pela quase totalidade do indicador, abrangendo 32,4% das famílias e representando 0,8% da renda das famílias contribuintes. O ITR abrangeu apenas 1,2% das famílias rurais e equivaleu a apenas 0,1% da renda desses contribuintes. A Taxa de Laudêmio teve frequência ínfima entre as famílias, pois só atinge domicílios a beira-mar; porém, ela representou 4,3% da renda anual das famílias pagantes. Isso pode ser justificado pela alta alíquota do tributo (5%) e pelo valor da propriedade na avaliação feita pela União (em geral, mais realista que o IPTU). Também se constatou que 3,9% das famílias realizam despesa de IPTU relativo a outros imóveis que não o de residência e 0,9% das famílias pagam o ITR de outras propriedades. A tributação de outros imóveis consumiu pouco da renda anual dessas famílias, apenas 0,4% e 0,1%, respectivamente ao IPTU e ITR.

1.4 - Despesas com Aquisição de Imóveis:

As despesas relativas com aquisição de imóveis foram definidas como sendo o valor pago pela entrada, o valor da prestação do imóvel, bem como o encargo com juros e multas, o valor pago pelo imóvel e o imposto de transmissão (ITBI). As despesas são relativas tanto ao imóvel de residência como a outros imóveis.

Pelo Anexo 1-D, constatou-se que houve um pequeno aumento de 4,6% para 5,2% das famílias brasileiras que pagaram prestação de imóvel no intervalo entre as POFs. Porém, a participação da despesa na renda das famílias mutuárias caiu de 8,3% para 6,7%. A participação da prestação do imóvel na renda das famílias mutuárias representou quase a metade da participação do aluguel na renda das famílias que pagaram aluguel em 2008/2009. Esse fato é curioso, pois o aluguel não exige a amortização do valor do imóvel, como ocorre com os financiamentos, muito embora o valor da prestação dependa também do valor da entrada. Além disso, o crescimento exponencial do valor dos imóveis urbanos verificado nos últimos anos devido ao crescimento econômico não impacta o valor das prestações de imóveis contratados no passado.

Com relação ao ITBI, a POF abre a possibilidade de o declarante optar por inserir o valor pago do tributo conjuntamente com o valor total pago pelo imóvel ou como item de despesa específica. Devido a essa possibilidade, apenas 0,02% das famílias em 2008/2009 declararam pagar ITBI, tornando esse indicador subestimado. De qualquer maneira, dentre os que declararam pagar ITBI nesta rubrica específica, tal despesa representou apenas 0,18% do rendimento anual dessas famílias, ou 2,16% de seu rendimento mensal.

Também se constatou que em média 2,1% das famílias adquiriram imóvel de residência nas pesquisas da POF de 2002/2003 e de 2008/2009. Porém houve um incremento do número de famílias que passaram a financiar a aquisição, passando de 42% para 59%. A mediana do valor dos imóveis adquiridos também subiu de 38,7% da renda anual dessas famílias para 58,9%. Ressalte-se que os imóveis novos adquiridos a prazo obtiveram um indicador bem mais alto, subindo de 88% para 132% da renda familiar anual dessas famílias. Outro fato interessante é que uma média de 2,5% das

² Este último é a popular Taxa de Laudêmio, devido à Marinha para imóveis localizados a beira-mar.

famílias declarou ter comprado um imóvel que não o de residência, ou seja, um segundo imóvel (média para as duas POFs). Tal indicador foi ligeiramente superior para as famílias que compraram seu imóvel de residência. Esses segundos imóveis podem ser adquiridos para veraneio, para uso de outro familiar e até para investimento. Considerando-se agora os tipos de imóveis adquiridos na POF 2008/2009, os terrenos representaram 16,1% da renda anual das famílias pagantes, os imóveis usados 51,8% e os imóveis novos, 81,4%.

1.5 - Despesas com Condomínio:

O Anexo 1-E mostra que houve um aumento das famílias que declararam realizar despesa com condomínio passando de 6,8% para 8,3% no período entre as POFs 2002/2003 e 2008/2009. Isso representou, em termos medianos, aproximadamente 3,5% da despesa anual das mesmas, nas duas pesquisas. É possível que esse indicador de frequência possa estar subestimado, pois pode ocorrer que o declarante insira na POF o valor do condomínio na despesa com aluguel ou na despesa com pagamento de água de seu imóvel.

1.6 - Despesas com Água:

O Anexo 1-F mostra que houve uma estabilidade nos indicadores de despesa com água entre as POFs 2002/2003 e 2008/2009. Aproximadamente 65% das famílias declararam ter realizado despesa com pagamento de água e esgoto nas duas POFs, o que consumiu cerca de 1,5% da renda familiar das mesmas, em termos medianos. Interessante notar que apenas 0,02% das famílias declararam despesa com pagamento de água em carros pipas, mas tal despesa representou 4,1% do orçamento das mesmas em 2008/2009.

1.7 - Transporte Urbano:

Antes de se analisar os indicadores das POFs com transporte urbano, devem-se descrever duas peculiaridades nas despesas de transportes na pesquisa que podem subestimar a participação dessa despesa na renda familiar e/ou superestimar a frequência de domicílios que usam transporte urbano.

Em primeiro lugar, a despesa relativa a algum tipo de transporte urbano, como item da caderneta de despesa da POF 2008/2009 no quadro 23, pode ter mais de uma frequência para uma mesma família. Isso ocorre quando mais de uma pessoa de uma mesma família usa determinado tipo de transporte urbano. Nesse caso a correção a ser feita é agregar o gasto com determinado tipo de transporte para cada domicílio, somando-se as despesas individuais dentro de cada família. Em segundo lugar é comum o uso de dois tipos de transportes diferentes na locomoção diária, tornando a despesa diária com transporte mais alta do que se analisando os gastos por cada tipo de transporte isoladamente. Como solução, criou-se uma segunda categoria de dados na penúltima linha do Anexo 1-G que seria os gastos familiares em casos de uso de mais de um modal de transporte. Na última linha do Anexo 1-G aparecem os gastos agregados, com a frequência de uso de todos os tipos de transporte público pelas famílias e a mediana da participação dessa despesa deflacionada e anualizada no rendimento anual das famílias pagantes.

É importante enfatizar que o indicador de participação na renda de determinado tipo de meio de transporte não implica que este tenha tarifa mais alta ou baixa que os demais. Isso porque alguns meios de transporte podem ser usados mais frequentemente por famílias de mais alta renda (como táxis e metrô) e não ser usado para a locomoção

diária, tendo uma frequência – e, portanto, um gasto anual – menor do que os demais (táxis, ônibus interestaduais etc).

Analisando-se os dados do Anexo 1-G, os indicadores não se modificaram muito entre as POFs 2002/2003 e 2008/2009. Nas duas pesquisas, em torno de 46% das famílias brasileiras realizaram despesa com transporte público, o que representou, em termos medianos, cerca de 5% dos seus rendimentos. O ônibus urbano foi de longe o meio de transporte mais usado, abrangendo cerca de 32% das famílias, porém a participação da despesa na renda dessas famílias se elevou de 3,7% para 4,2% entre as duas pesquisas. Fora ônibus urbanos – que realizam os percursos dentro de um mesmo município – em 2008/2009, a frequência de despesa com ônibus intermunicipais se reduziu de 10,4% para 7,2% entre 2002/2003 e 2008/2009, mas tal gasto representou cerca de 4,6% da renda das famílias pagantes nas duas pesquisas.

Os meios de transporte piratas, caracterizado na POF 2008/2009 como “Transporte Alternativo” e “Van”, abrangeram 5,1% das famílias, que comprometeram 3,5% de sua renda com eles. Na POF de 2002/2003 fora 7,3% das famílias cuja despesa representou 4,3% da renda dos usuários, o que representou uma queda na frequência do uso.

O transporte sobre trilhos – trens e metrô – foi usado por 1% e 1,4% das famílias, respectivamente, e representaram 3,3% (trens) e 1,6% (metrô) do orçamento delas em 2008/2009. Na POF 2002/2003, trens e metrô foram usados por, respectivamente, 1,2% e 2,5% das famílias, e a participação da despesa na renda foi de 1,5% e 2,6%, respectivamente. A menor participação da despesa com metrô em relação aos outros modais no rendimento das famílias não quer dizer que esse meio de transporte seja mais barato. Isso porque os metrô estão localizados nos grandes centros urbanos do Brasil e geralmente nas áreas com famílias de maior renda.

A frequência do uso do táxi aumentou de 2,8% para 3,4% das famílias entre as POFs 2002/2003 e 2008/2009 e representou cerca de 2,7% dos seus rendimentos nas duas pesquisas. Apesar de os táxis serem um meio de transporte muito mais caro que os demais, o fato de não ser de uso frequente e usado por famílias de renda mais alta, impacta negativamente o indicador.

Finalmente nos serviços de moto-táxis a frequência aumentou de 1,4% para 2,5% das famílias entre as POFs e a despesa representou cerca 2,1% da renda dos pagantes nas duas pesquisas.

Interessante analisar que, apesar das frequências similares de uso do transporte urbano entre as POFs 2002/2003 e 2008/2009 (exceto a diminuição verificada no uso de transporte pirata), houve uma participação maior na renda com gasto em transporte urbano formal em ônibus, trem, metrô, barca e integrações. Por exemplo, com ônibus urbano houve um aumento da participação da despesa na renda de 3,7% para 4,2%, com trem de 1,5% para 3,3% e com metrô de 1,1% para 1,6%. Por outro lado a participação na renda do gasto com transporte pirata reduziu-se de 4,3% para 3,5%.

Um trabalho realizado por Stivali, M. e Gomide, A. (2007) apresenta estudo sobre gastos metropolitanos com transportes nas POFs de 1987/88, 1995/6 e 2002/2003. Comparando-se os dados com transporte por estrato geográfico, exemplificados na seção 3.7 (Anexo 3-G) do presente trabalho e os indicadores metropolitanos da participação da despesa no estudo dos referidos autores, esses últimos são bem menores que os exemplificados no neste trabalho, já que os autores não fazem distinção entre pagantes e não pagantes. De qualquer maneira, os indicadores dos dois trabalhos mostram uma tendência de aumento contínuo na participação na renda com despesa em transporte público desde a POF 1987/88. O estudo do Stivali M. e Gomide, A. também mostra a queda no número de passageiros transportados por ônibus urbanos entre 1994 e

2004³ nas capitais brasileiras, embora a frequência nacional de usuários tenha se mantido estável entre as POFs 2002/2003 e 2008/2009, conforme o Anexo 1-G. Apesar dos autores destacarem o aumento da motorização e o encarecimento das tarifas como causa da diminuição do uso do transporte público, provavelmente o crescimento econômico a partir de 2004 e a redução do número de pobres e indigentes no país impulsionaram uma nova demanda por transporte público, compensando os efeitos do aumento da motorização na classe média.

Isso pode ser evidenciado através da Tabela 1, que mostra a frequência de usuários de ônibus urbano nas POFs 2002/2003 e 2008/2009. Observa-se que ocorreu uma mudança na frequência nacional do uso de ônibus urbano entre os estratos de renda onde houve um aumento do consumo em ônibus urbano entre os 75% mais pobres e uma diminuição do consumo entre os 25% mais ricos. Isso é verificado tanto em nível nacional, quanto se considerarmos somente as capitais e RMs.

Tabela 1. Frequência de Uso de ônibus Urbano por Estrato de Renda e Estrato Geográfico. Brasil: 2002/2003 e 2008/2009

| Intervalo Percentil (nacional) | Brasil | | Capitais e RMs | |
|-----------------------------------|-----------|-----------|----------------|-----------|
| | 2002/2003 | 2008/2009 | 2002/2003 | 2008/2009 |
| 0 – 25 | 16,9 | 23,1 | 50,7 | 59,9 |
| 25 – 50 | 28,0 | 32,8 | 60,6 | 63,6 |
| 50 – 75 | 37,1 | 40,0 | 62,5 | 66,4 |
| 75 – 90 | 41,6 | 40,5 | 59,2 | 59,8 |
| 90 – 95 | 37,7 | 32,2 | 49,4 | 46,6 |
| 95 – 100 | 32,5 | 28,4 | 41,0 | 34,7 |

Fonte: IBGE/POFs de 2002/2003 e de 2008/2009. Elaboração IPEA a partir dos microdados

2 – Análise por Estratos de Renda na POF 2008/2009

Nesta seção iremos desagregar os mesmos indicadores analisados na seção 1 por estratos de renda. Os intervalos de percentis de renda são os mesmos na Tabela 1 e foram escolhidos de forma a captar a menor variância entre eles, não se utilizando a divisão usual por quintos ou décimos. Por exemplo, na distribuição por décimos de renda, a renda média do primeiro e do segundo décimo são tão parecidas que faz sentido agrupá-las em um mesmo intervalo. Por outro lado, a variância de renda no último décimo é tão alta, que vale a pena dividi-lo em dois para uma análise distributiva. A Tabela 2 mostra distribuição da renda total domiciliar em cada uma das POFs de acordo com os percentis escolhidos no presente texto.

³ Anuário NTU (2004-5, p. 5) *apud* Stivali & Gomide (2007, p. 179).

Tabela 2. Faixas de Renda na POF por intervalo de percentil e intervalo de Renda. Brasil 2002/2003 e 2008/2009 (valores nominais e mensais)

| Intervalo Percentil | Renda Familiar Mensal em R\$ nominal | |
|---------------------|--------------------------------------|-----------------------|
| | 2002/2003 | 2008/2009 |
| 0 – 25 | 4,33 – 525,00 | 8,83 – 913,09 |
| 25 – 50 | 525,00 – 972,70 | 913,09 – 1.586,63 |
| 50 – 75 | 972,70 – 1.935,89 | 1.586,63 – 3.024,04 |
| 75 – 90 | 1.935,89 – 3.894,58 | 3.024,04 – 5.786,52 |
| 90 – 95 | 3.894,58 – 6.095,05 | 5.786,52 – 8.889,90 |
| 95 – 100 | 6.095,05 – 125.752,70 | 8.889,90 – 117.219,20 |

Fonte: IBGE/POFs de 2002/2003 e de 2008/2009. Elaboração IPEA a partir dos microdados

2.1. Despesa em Transporte Público por Estrato de Renda Domiciliar

O Anexo 2-A mostra a proporção de famílias usuárias de transporte público e a participação dessa despesa na renda dessas famílias segundo faixa de renda. Observa-se que a proporção de usuários de transporte público em geral mostrou-se relativamente homogênea entre as faixas de renda, de 38,5% das famílias entre o quarto mais pobre (renda mensal domiciliar até R\$ 913,09) até por volta de 50% entre o percentil 50 e 90 (renda domiciliar entre R\$ 1.586,63 e R\$ 5.786,62). Evidentemente a frequência de uso do modal escolhido não foi uniforme.

As famílias acima do percentil 90 tiveram maior frequência de uso de táxi e metrô que as demais e as famílias no quarto mais pobre tiveram uma frequência maior de uso de transporte pirata (vans, lotadas, moto-táxis, kombis, entre outros). De fato, nesse grupo de renda, o uso de transporte pirata abrangeu 9,6% dessas famílias ou 24,9% se considerarmos somente o universo dos que usam transporte público.

Um dos fatores para a maior proporção de uso de transporte pirata entre as famílias mais pobres é o valor da despesa. Entre os 25% de famílias mais pobres que usam transporte público, os ônibus urbanos, os ônibus intermunicipais e os transportes piratas representaram respectivos 8,7%, 10,2% e 6,4% dos rendimentos dessas famílias. O menor custo do transporte pirata parece ser o responsável pelo seu maior uso em famílias de mais baixa renda.

Os ônibus urbanos são sem dúvida o principal modal de mobilidade urbana em todas as faixas de renda. Entre os 25% mais pobres e entre os 5% mais ricos houve uma frequência de 23,1% e 28,4%, respectivamente. Essa frequência foi um pouco inferior a verificada nos demais estratos intermediários, cuja frequência variou entre 32% e 40,5%. Já o uso dos ônibus intermunicipais teve participação relativamente homogênea até o percentil 95, abrangendo de 6,2% a 8,3% das famílias entre os estratos.

Como era de se esperar, no tocante à participação da despesa na renda familiar, houve alta participação do gasto com transporte público na despesa das famílias mais pobres e baixa participação nos estratos mais ricos. Entre as 25% mais pobres, 38,5% delas usavam transporte público e isso consumia 8,7% da sua renda (mediana entre os usuários). Porém entre os 5% mais ricos, 40,7% destes eram usuários, mas a despesa representava apenas 0,8% de sua renda. Evidentemente não se sabe a frequência do uso do transporte público entre esses estratos, onde provavelmente o uso pode ser mais esporádico entre as famílias mais ricas (uso eventual) e pode ser mais frequente entre as

famílias mais pobres (uso como locomoção diária). De qualquer maneira é correto supor que as famílias mais pobres:

- a) destinem maior parte de sua renda com despesa em transporte público;
- b) utilizem o transporte público mais frequentemente por não possuírem automóvel;
- c) usem mais transporte pirata por ser este de menor custo e estar mais presente em regiões mais pobres e menos fiscalizadas pelo poder público.

Um fato interessante que não era esperado é a frequência, acima de 40%, do uso do transporte público entre as 75% famílias mais ricas, demonstrando que transporte público é um bem demandado por todas as classes de renda e com elevado crescimento potencial (de acordo com as peculiaridades da demanda de cada estrato).

2.2. Despesa com Imóveis por Estrato de Renda Domiciliar

Nesta seção foram analisadas as despesas familiares relativas a imóveis por seis estratos de renda domiciliar explicitados na tabela 2, com os seguintes itens: *a*) impostos imobiliários (IPTU ou ITR); *b*) prestação do imóvel; *c*) aluguel; *d*) aquisição de imóvel; *e*) condomínio; *e f*) água. Os dados foram consolidados no Anexo 2-B.

a) Despesa com impostos imobiliários

Os dados da POF 2009 mostram que a frequência da despesa com pagamento de IPTU e/ou ITR (embora o ITR tenha indicadores insignificantes tanto em cobertura quanto na participação da renda familiar) aumenta progressivamente conforme estrato de renda familiar. Só houve uma frequência superior a 50% dos domicílios pagantes de IPTU entre as 25% famílias mais ricas da população, chegando a 70,5% entre as 5% mais ricas. Por outro lado, o IPTU e/ou ITR apresentaram uma estrutura administrativa e de cobrança regressiva, onde os pagantes mais ricos despendem apenas entre 0,5% e 0,6% de sua renda com o pagamento do imposto e entre os 25% mais pobres (considerando-se somente os pagantes) esse indicador chega a 2,2%. Apesar da base de cálculo do IPTU ser o valor do imóvel, que em tese aumenta conforme a renda das pessoas, sua carga tributária entre os pagantes se assemelha a uma taxa, pois os contribuintes mais pobres despendem uma parcela bem maior de sua renda com a despesa.

b) Prestação do Imóvel

Os dados mostram que o sistema de financiamento de imóvel no Brasil continua extremamente regressivo em 2008 e 2009. A frequência dos que pagavam prestação de imóvel aumentou conforme a renda e se estabilizou entre os 25% mais ricos. Entre os 25% mais ricos, a frequência foi acima de 9% de pagantes. Esse indicador foi muito superior aos apenas 1,3% de mutuários entre os 25% mais pobres. Apesar disso, considerando-se apenas os 75% mais ricos, a parcela da renda destinada ao pagamento da despesa situou-se entre 4,6% e 7,5%. Isso se justifica pelo fato de o valor da prestação ter relação direta com o valor do imóvel financiado, que costuma ser maior conforme a renda.

Constatou-se, como se analisará melhor na subseção seguinte, que a participação na renda da despesa com prestação da casa própria (que apesar da amortização do valor do imóvel costuma ser indexada a TR) tem sido menor que a participação da despesa com aluguel. Um dos motivos seria que o aluguel costuma ser indexado ao IGP-M e renegociado conforme as oscilações dos preços do mercado imobiliário ao término do contrato, cuja duração é de 30 meses em geral.

c) Aluguel

A frequência dos pagantes de aluguel se manteve estável entre os estratos de renda, variando de 14,6% a 18,5% das famílias entre os estratos de renda familiar. Porém, o mais problemático foi a participação da despesa do aluguel na renda familiar. Entre os 25% mais pobres, houve frequência de 18,3% dos que pagavam aluguel e destes, a mediana da participação da despesa na renda foi de 20,4%. Já entre os 5% mais ricos, a frequência fora de 14,3%, mas a mediana da despesa com aluguel sobre a renda foi de apenas 4,9%.

Isso demonstra que os mais ricos destinam uma parcela muito menor de sua renda para o pagamento de aluguel. Empiricamente, destaque-se que os valores dos imóveis alugados aumentam conforme a renda, porém essa relação não é uniforme, pois observa-se que a rentabilidade do aluguel de imóveis de maior valor e com melhores garantias locatícias são mais baixas.⁴

Outro fator interessante é a comparação do indicador de despesa com aluguel sobre a renda e da despesa com prestação de imóvel sobre a renda. Esta última tem sido menor que a despesa de aluguel sobre a renda. Isso se justifica por dois principais motivos: *a)* o valor da entrada de um financiamento de imóvel pode ser alto suficiente para compensar a amortização do investimento, o que não ocorre no aluguel, que é apenas o pagamento de renda (juros) ao proprietário; *b)* o crescimento do preço dos imóveis, intensificado a partir de 2008, foi muito maior que o da TR, que indexa a maioria dos contratos de financiamento imobiliário. Com isso os mutuários do SFH estão protegidos contra choques e bolhas nos preços dos imóveis que os arrendatários não estão.

d) Aquisição de Imóveis

A frequência de quem adquiriu imóveis em 2008 e 2009 (financiados ou não) também foi muito regressiva entre os estratos de renda. Entre os 75% mais pobres, a frequência foi baixíssima, de 1,5%, 2,1% e 4,5%, respectivamente, em cada quarto de renda. Já entre os 5% mais ricos, o indicador foi de 16,5%. Embora a relação entre o valor de aquisição do imóvel e a renda anual das famílias tenha se situado entre 29,3% e 52,6%, a baixa frequência entre os 75% mais pobres demonstra a grande regressividade no acesso à compra da habitação própria.

e) Condomínio

A frequência de pagantes de condomínio foi bastante pequena na POF 2008/2009, provavelmente devido às especificidades da despesa, que muitas vezes é declarada como despesa com água e vice-versa. Nos três primeiros quartos de renda a frequência

⁴ Por exemplo, uma casa de alto padrão pode ser alugada por 0,5% do seu valor de mercado, mas um imóvel pequeno e simples localizado na periferia urbana pode ser alugado por 2% de seu valor de mercado.

foi de 0,9%, 2,6% e 6,3%, e entre os 5% mais ricos foi de 42,3%. A proporção da despesa na renda foi baixa entre os pagantes no segmento de 50% das famílias mais ricas, situando-se entre 2,5% e 4,4% nos estratos de renda selecionados. Entre a parcela de 50% das famílias mais pobres, o indicador foi de 9,7% e 6,1% em cada respectivo quarto de renda, mas a frequência de pagantes foi extremamente baixa.

f) Água

A frequência de pagamento com despesa de água foi bastante alta entre as famílias, aumentando de 54,6% entre os 25% mais pobres para acima de 70% entre os 50% mais ricos. Entre os 5% mais ricos, houve um declínio na frequência da despesa de água em relação aos estratos anteriores, mas isto ocorre devido a uma frequência maior da despesa de condomínio (que em geral engloba a despesa com água). De fato, entre os estratos de renda contidos no Anexo 2-B, a frequência de quem pagou água ou condomínio foi de 55%, 68%, 79%, 86%, 89% e 92%, respectivamente. Como proporção da renda, a despesa foi pequena, embora tenha sido maior entre as 25% famílias mais pobres, representando 3,1% dos seus rendimentos.

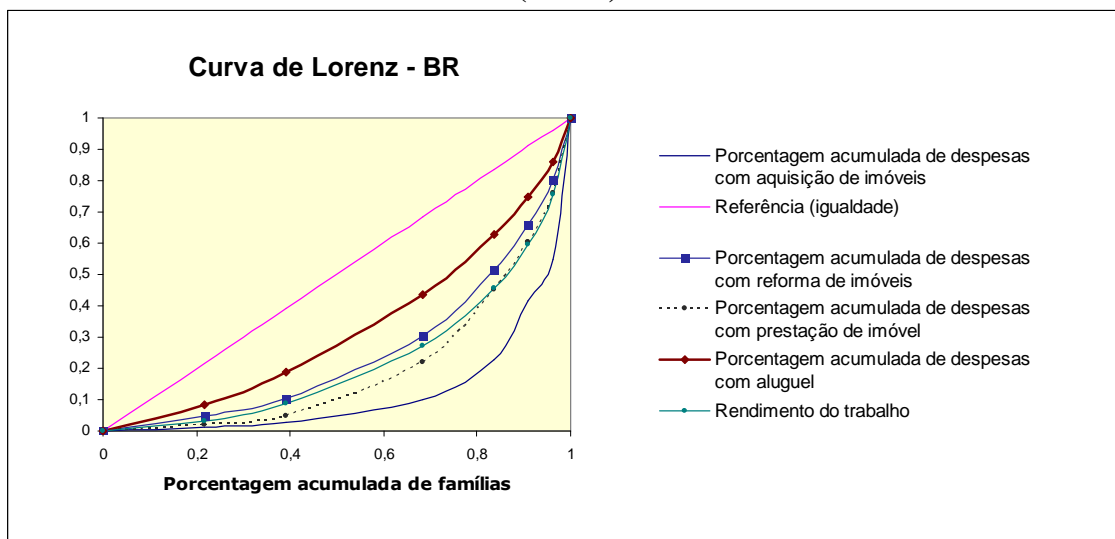
Curva de Lorenz para Aquisição de Imóveis

As curvas de Lorenz – construídas a partir da porcentagem acumulada de famílias x porcentagem acumulada da variável de interesse – permitem sintetizar as informações descritas sobre aquisição de imóveis. Podem-se comparar variáveis entre si e em relação à curva de referência, segundo a qual haveria perfeita igualdade (por exemplo, de renda): 10% da população detêm 10% da renda, e assim por diante.

Em relação às variáveis relacionadas ao custo de imóvel (Figura 1), note-se que a variável que apresenta maior desigualdade entre as classes de renda é a “aquisição de imóvel”. Ou seja, a maior parte do gasto com aquisição de imóveis é feita pelas famílias 20% mais ricas no Brasil, de acordo com a POF 2008-2009. Este gasto é proporcionalmente maior do que, por exemplo, o rendimento do trabalho.

Os gastos com reforma de imóveis e principalmente com aluguel, por outro lado, são mais bem distribuídos na população como um todo do que o rendimento do trabalho. Estes resultados são muito similares aos apresentados por Moraes e Cruz (2007), que se utilizaram de dados da POF 2002-2003. Isto indica que não ocorreram mudanças estruturais na composição de gastos com imóveis no Brasil no período 2003-2009.

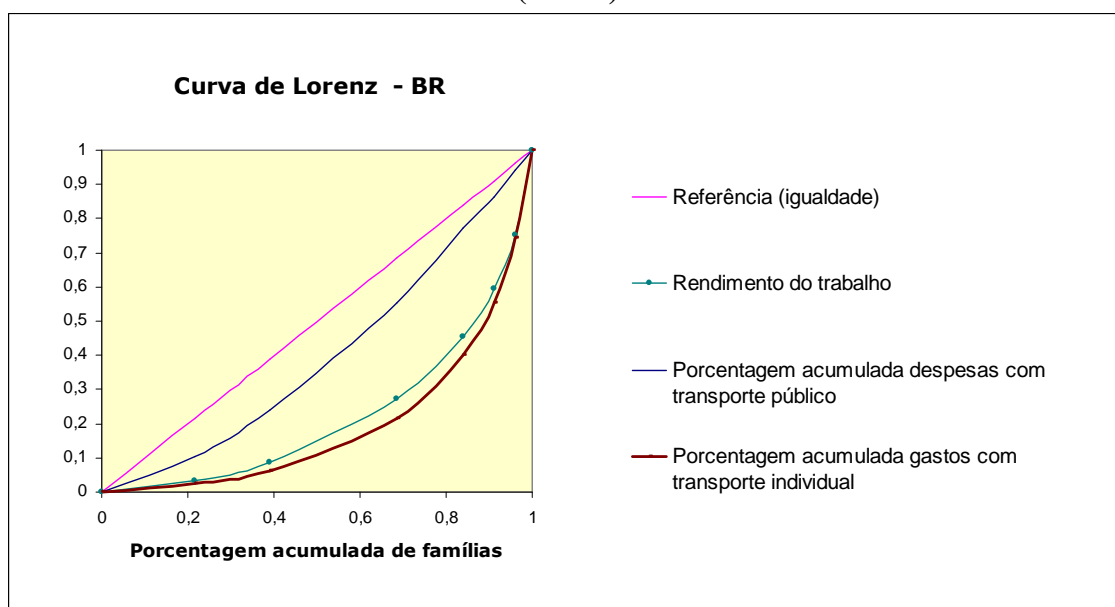
Figura 1 – Curva de Lorenz: comparação entre despesas com imóveis e rendimento do trabalho (Brasil)



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados das tabelas, total de famílias e rendimento do trabalho.

Em relação aos gastos com transportes (Figura 2) note-se a grande ênfase de gastos com transporte individual para famílias com maiores rendas. Proporcionalmente, o gasto com transportes no Brasil, de acordo com a POF 2008/2009, é mais desigual do que o rendimento do trabalho.

Figura 2 - Curva de Lorenz: comparação entre despesas com transporte público x individual (Brasil)



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados das tabelas, total de famílias e rendimento do trabalho.

3 – Análise por Estrato Geográfico na POF 2008/2009

Nesta seção analisam-se as despesas urbanas da POF por Grande Região (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e por duas classes de municípios. Aqueles pertencentes às capitais ou regiões metropolitanas (caracterizados pelo alto valor do solo urbano, pela alta densidade populacional e maior renda *per capita*) e os demais municípios do interior em área urbana. Os dados estão exemplificados nos Anexos 3-A e 3-B.

3.1. Despesa em Transporte Público

Nessa subseção, para análise da despesa em transporte público por estrato geográfico, dividiu-se em seis diferentes itens de despesa da POF 2008/2009: *a)* ônibus urbano, *b)* trem, *c)* táxi, *d)* metrô, *e)* ônibus intermunicipal e *f)* transporte alternativo (que engloba vans, kombis e demais meios de transportes urbanos não legalizados).

a) Ônibus urbanos

Observa-se que há grande diferença de frequência de uso de ônibus urbano entre as famílias das capitais estaduais e RMs e as famílias de cidades do interior urbano. Enquanto nas primeiras a frequência de uso do ônibus se situou em cerca de 50% das famílias no Sul/Centro Oeste, cerca 58% no Sudeste/Nordeste e 63% no Norte; nas cidades do interior urbano a frequência se situou em cerca de 10% no Norte/Nordeste e em torno de 25% no Sul/Sudeste. Essa diferença de frequência de uso de transporte público entre capitais e RMs e municípios do interior urbano foi significativa, justificada pelo fato de em cidades menores a população poder se deslocar a pé com maior frequência.

No tocante à participação na renda familiar da despesa com ônibus urbano entre os usuários, observa-se um menor indicador para as cidades do interior (exceto no Sul, onde a frequência no interior foi praticamente igual na comparação com as capitais e RMs), provavelmente devido à menor frequência de uso do transporte nas cidades menores. De fato, no interior urbano, a participação da despesa na renda dos pagantes se situou em cerca de 3% no interior do Norte, Sudeste e Sul e em cerca de 4% no Nordeste e Centro-Oeste. Porém nas capitais e RMs o indicador foi de 3,2% no Sul, 5% no Centro-Oeste, cerca de 5,5% no Sudeste/Nordeste e 6,2% no Norte.

b) Trem

Os trens só obtiveram uma frequência significativa nas capitais e RMs do Sudeste, em que 4,1% das famílias o utilizaram como meio de transporte. A mediana da participação da despesa com trens na renda dessas famílias foi de 3,9%. Esse indicador foi mais baixo que o ônibus urbano, que abrangeu 5,4% da renda das famílias das capitais e RMs do Sudeste.

c) Táxi

Os táxis tiveram uma frequência entre 4,6% e 4,8% nas capitais e RMs das Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, 2,2% nas capitais e RMs do Centro-Oeste e 9,9% nas capitais e RMs do Norte. A despesa representou entre 2,1% e 2,9% da renda dos

usuários no primeiro grupo de grandes regiões mencionado, apenas 1,5% no segundo e 3,9% no terceiro. As capitais e RMs tiveram uma frequência significativamente maior do uso do táxi que os municípios do interior.

d) Metrô

Os metrô só obtiveram uma frequência significativa nas capitais e RMs do Sudeste, com um indicador de 5,8% de famílias usuárias, o que representou em termos medianos 1,6% de sua renda familiar. É importante enfatizar que os metrô costumam estar localizados em zonas de maior renda e, portanto, a menor participação da despesa na renda, se comparado aos outros modais, não é sinônimo de que o meio de transporte é mais barato que os demais.

e) Ônibus Intermunicipal

Os ônibus intermunicipais tiveram a segunda mais alta frequência de uso entre os tipos de transporte público na POF 2008/2009. Nas capitais e RMs do Sudeste a frequência foi de 8,6% das famílias e de 8,0% no interior. No Sul a frequência foi de 7,1% nas capitais e RMs e de 6,1% no interior. A frequência também foi alta no interior do Nordeste, onde 8% das famílias são usuárias de ônibus intermunicipais (4,8% de frequência nas capitais e RMs nordestinas). A alta frequência de usuários e o fato do transporte intermunicipal urbano ser regulado pelo poder estadual, que costuma dar menor relevância ao setor que os poderes municipais e que também sofre menor pressão política da população, constitui num grande desafio em políticas públicas para o transporte. Foi relevante o fato de que a despesa representou 7,1% da renda das famílias usuárias nas capitais e RMs do Sudeste.

f) Transporte Alternativo

O transporte alternativo, que na POF 2008/2009 compreendeu os ônibus, vans e kombis piratas, entre outros transportes não legalizados e regulamentados pelo poder público, teve uma frequência mais alta de usuários nas regiões mais pobres: Norte, Nordeste (sobretudo o interior) e nas capitais e RMs do Sudeste. No interior do Nordeste a frequência foi de 9,6% das famílias, nas capitais e RMs do Norte de 8,4% e nas capitais e RMs do Sudeste de 3,5% das famílias.

Se compararmos a participação da despesa na renda familiar, observa-se que o transporte alternativo apresenta uma participação mais baixa que os demais meios de transporte. Comparando com os ônibus urbanos, o transporte alternativo teve participação de 2,1% da renda das famílias das capitais e RMs do Norte, enquanto os ônibus tiveram participação de 6,2%. Nas capitais e RMs do Nordeste a participação do transporte alternativo na despesa foi de 2,9% e dos ônibus 5,3%. Já nas capitais e RMs do Sudeste a despesa com transporte alternativo representou apenas 2,3% da renda e os ônibus urbanos representaram 5,4%, ou seja, uma participação quase duas vezes superior. Nas cidades do interior do Centro Sul a frequência de uso do transporte alternativo foi bastante baixa.

3.2. Despesa com Imóveis por Estrato Geográfico

Nesta seção foram analisadas as despesas relativas aos imóveis de residência das famílias por Grande Região e por tipo de município (capitais e RMs e interior urbano). Foram selecionadas e analisadas as seguintes categorias de despesas: *a*) impostos imobiliários (IPTU exclusivamente, já que foram analisados somente domicílios urbanos); *b*) prestação do imóvel; *c*) aluguel; *d*) aquisição de imóveis; *e*) condomínio; e *f*) água. Os dados encontram-se elucidados no Anexo 3-B.

a) Impostos Imobiliários

Os dados relativos à despesa familiar com impostos imobiliários demonstram grande heterogeneidade regional. Os dados da POF 2008/2009 mostraram que o interior urbano do Sudeste e Sul apresentou proporção de famílias pagantes de IPTU maior inclusive que a das capitais e RMs dessas duas regiões. Provavelmente, isso é fruto da informalidade mais elevada nas áreas metropolitanas em relação ao seu interior. De fato, no interior urbano do Sudeste e Sul, o IPTU abrangeu cerca de 52% das famílias e nas capitais e RMs 40% (valores médios). Tanto no interior urbano do Norte e Nordeste quanto nas suas capitais e RMs a abrangência do IPTU foi de cerca de 15% das famílias (valores médios). No Centro-Oeste a situação foi oposta ao Sudeste, onde, no interior, o indicador de abrangência do imposto foi menor, alcançando 31% das famílias, enquanto nas capitais alcançou 43%.

Com relação à participação do IPTU na renda anual das famílias pagantes, não se verificou tanta heterogeneidade, o que confirma a hipótese de que o principal problema do IPTU no país é a sua frequência entre as Regiões. Nas capitais e RMs do Norte e Nordeste as famílias pagantes gastaram 0,9% de sua renda com o imposto. Nas capitais e RMs do Sul e Sudeste foi 1% e nas capitais do Centro-Oeste 1,3%. No interior urbano o resultado não foi tão uniforme, nas Regiões Norte e Sul o indicador foi de 0,7% da renda (embora na primeira região apenas 14% das famílias declararam pagar o imposto em oposição a 52% das famílias do Sul). No interior do Sudeste o indicador foi de 0,8% e no Centro-Oeste foi de 1,2%. Apenas o interior do Nordeste se destaca tanto pela baixa abrangência (16% das famílias), quanto pela baixa participação da despesa na renda dos pagantes – 0,3%.

b) Prestação do Imóvel

Entre as famílias que realizaram despesas com prestação de imóvel na POF 2008/2009, os dados mostraram que nas Regiões Sudeste e Sul existe uma maior proporção de famílias que declararam pagar prestação do imóvel de residência. De fato, nas capitais e RMs do Sudeste 6% das famílias são mutuárias e no seu interior urbano, 9,4%. Já no Sul esses indicadores foram respectivos 8,4% e 6,8%. Em oposição, nas capitais e RMs do Norte e Nordeste apenas 2,3% e 4,3% das famílias declararam pagar prestação da casa própria e no interior apenas 1,1% e 2,3%, respectivamente. No Centro-Oeste, tanto nas capitais quanto no interior a abrangência foi de 3,8%.

Com relação à participação da despesa com prestação da casa própria na renda familiar, os indicadores foram mais homogêneos, se situando entre 7,3% e 9,8%. Exceto no interior do Sudeste, onde o indicador foi de apenas 4,3% da renda das famílias (provavelmente devido ao mais baixo preço da terra urbana nas cidades do interior *vis-à-vis* a renda *per capita* mais elevada da Região Sudeste). Nas capitais e RMs do Norte

o indicador se situou em 6,1%. É importante salientar que a participação da despesa com aluguel na renda das famílias foi significativamente superior à participação da prestação da casa própria em todas as regiões e estratos geográficos. Nas capitais e RMs do Sudeste a participação da despesa do aluguel na renda (15,8%) era mais que o dobro da participação da prestação da casa própria na renda (7,6%). Na Região Sul, como também nas capitais e RMs do Nordeste e Centro-Oeste, em média, a participação do aluguel na renda era superior em 40% à participação da prestação do imóvel na renda familiar.

c) Aluguel

A frequência de famílias pagantes de aluguel foi relativamente homogênea entre as Grandes Regiões e entre capitais e RMs e municípios do interior. No Norte/Nordeste o indicador se situou entre 14,3% e 18,6%; no Sul/Sudeste, entre 17,1% e 20,1%; e no Centro-Oeste, entre 21,2% e 26,4% das famílias.

Em relação à participação do aluguel na renda familiar dos pagantes, o indicador também foi relativamente homogêneo, sendo mais alto para o Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Nas capitais e RMs do Norte e Nordeste a participação média foi de 12% e no interior de 10%. Nas capitais e RMs do Sudeste e Centro-Oeste a participação média foi de 15% da renda familiar e no interior de 13%. Já a participação média do aluguel entre os municípios sulistas foi de 11%, tanto para as capitais e RMs quanto para os municípios do interior.

d) Aquisição de Imóvel

Os dados mostraram que em 2008/2009 a frequência de famílias que adquiriram imóveis foi relativamente homogênea entre as grandes regiões e classe de municípios, variando de 4% a 5,3% (com exceção do interior do Nordeste com 2,8% e do interior do Norte com 7%).

A variância foi maior no indicador de participação do valor do imóvel na renda familiar anual dos pagantes. Embora esse indicador possa sofrer alguma deficiência em virtude das variações excessivas dos valores dos imóveis adquiridos que foram declarados pelas famílias na POF 2008/2009, nas capitais e RMs do Sudeste (onde o preço do solo urbano é mais elevado) os imóveis adquiridos representaram 83% da renda anual dessas famílias. Em seguida destacam-se o interior do Sudeste e Sul e as capitais do Centro-Oeste com um indicador de 37%, 46% e 41%, respectivamente da renda familiar anual. Nas regiões Norte e Nordeste, bem como nas Capitais e RMs do Sul e no interior do Centro-Oeste o indicador foi significativamente menor, variando entre 23% e 31% da renda familiar anual.

e) Condomínio

As famílias que declararam realizar despesa com condomínio se concentraram significativamente nas capitais e RMs. De fato, o indicador foi bastante homogêneo nas capitais e RMs do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, tendo uma frequência em torno de 20% das famílias. No interior do Sudeste e Sul, o indicador foi de cerca de 8%, nas capitais e RMs do Norte, 4,3% e no interior do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, apenas 1%.

Com relação à participação da despesa na renda familiar dos pagantes, esta também foi relativamente homogênea, se situando entre 3% e 4% da renda familiar nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em média 2,5% no Nordeste e 1,7% no Norte.

f) Água

Analisando-se os dados da POF 2008/2009, à primeira vista a proporção de famílias que declararam realizar despesa com pagamento de água foi um pouco maior nas cidades do interior do que nas capitais e RMs. No interior do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a frequência foi ao redor de 81% das famílias, nas capitais e RMs do Sul e Centro-Oeste, o indicador médio foi de 78% e nas capitais e RMs do Sudeste foi de 65%. No caso, o menor indicador das capitais e RMs do Sudeste na comparação com as demais cidades do Centro-Sul pode ser justificado pelo fato de essa região ter um indicador mais alto de famílias que realizam despesa com condomínio, que em geral costuma englobar a despesa com água. Caso considerássemos os domicílios que realizaram despesa com condomínio ou água, o indicador para as capitais e RMs do Sudeste se eleva para 79% e nos municípios do interior urbano do Sudeste para 87%. A última coluna do Anexo 3-B nos apresenta a frequência dos domicílios que realizaram despesa com condomínio ou água por grande região e estrato geográfico, de forma a nos fornecer uma frequência mais realista das famílias que pagam pela água.

O indicador de pagantes da Região Norte foi muito mais baixo que no resto do país, onde apenas 50% das famílias declararam realizar despesa com água (o indicador foi o mesmo entre capitais e RMs e municípios do interior urbano do Norte). Ressalta-se que este indicador poderia ser uma *proxy* das famílias que têm abastecimento de água potável por rede geral.⁵ Na Região Nordeste 76% das famílias das capitais e RMs declararam realizar despesa com água ou condomínio e 79% no interior urbano.

Com relação à participação da despesa de água na renda domiciliar entre as famílias pagantes, ela foi bastante homogênea por grande região e classe de municípios, variando de 1,3% a 1,8% da renda domiciliar.

⁵ A PNAD 2009 mostra que 69,9% dos domicílios urbanos da Região Norte contam com água canalizada proveniente de rede geral de distribuição. A diferença com os dados de pagamento da POF 2008/2009 pode ser explicada por inadimplência, ligação clandestina, não cobrança pela água, entre outros motivos.

Conclusões

A evolução do gasto nacional em habitação e transporte nas POFs 2002/2003 e 2008/2009 mostra alguns fatos interessantes. A proporção de famílias que pagaram aluguel subiu de 13% para 17% no período, mas a participação da despesa na renda dessas famílias se manteve constante em cerca de 12%.

Porém, ao se analisar o gasto conforme estrato de renda, o aluguel foi extremamente regressivo, pois comprometeu de 15 a 20% da renda familiar dos pagantes inseridos no quarto mais pobre da população e apenas de 5 a 7% da renda familiar dos pagantes inseridos no décimo mais rico. Esse fato é preocupante, pois é provável que os locadores afirmem uma rentabilidade mais alta do aluguel para a população mais pobre, se considerarmos que o valor do domicílio de residência é função da renda familiar. A cobrança de uma rentabilidade maior para a população mais pobre, seja por ela ter menores garantias locatícias, seja porque há imperfeição no mercado de aluguel, com limite mínimo para o valor da locação, acaba onerando demasiadamente o orçamento familiar com a despesa de aluguel para essa classe. Isso incentiva a informalidade urbana e a autoconstrução ilegal, dentro de um universo de imóveis ociosos em áreas urbanas menos dinâmicas que poderiam cumprir sua função social com a locação para a baixa renda. Mesmo diante desta realidade, a frequência de famílias que pagam aluguel foi homogênea entre os estratos de renda, sendo de 18% no quarto mais pobre e de 15% no décimo mais rico.

De todo modo, ressalte-se que a importância da despesa do aluguel no orçamento familiar em termos absolutos é alta. Mais alta, proporcionalmente, entre cidadãos urbanos e pobres. Deste modo, o acesso às oportunidades e ao mercado de trabalho urbano é restringido pela capacidade de pagamento das famílias, enfatizando a regressividade da inserção no âmbito do Brasil dito moderno.

A análise das curvas de Lorenz ressalta ainda que, comparativamente, a compra e a prestação de imóveis são mais desiguais do que o pagamento do aluguel. De fato, os dados da POF (e também os da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) confirmam que a posse de imóveis no Brasil já atinge cerca de 70% da população.

Outro fato curioso foi que o comprometimento da renda com prestação do imóvel foi muito mais baixo do que com o pagamento de aluguel. Apesar da baixa frequência de mutuários na população – cerca de 5% das famílias nas duas POFs, o comprometimento da renda com a despesa foi de cerca de 7%, indicador inferior ao aluguel (12%). É claro que as diferenças entre o aluguel e o financiamento de imóveis são significativas, pois o aluguel não envolve a amortização do valor do imóvel, como ocorre com o financiamento. Mas em geral os contratos de aluguel são renegociados após trinta meses de locação para valores de mercado. Já os contratos de financiamento de imóveis são de longo prazo e têm valores reajustados por índices de preços. Deve-se considerar, por outro lado, que em financiamentos de imóveis o valor da entrada pode tornar a prestação baixa o suficiente para se equiparar ao valor do aluguel e o sistema de amortização constante torna o valor da prestação mais baixa no final do financiamento. De qualquer maneira esse fato foi inesperado e seria necessário um estudo mais aprofundado no tema.

Destaque-se, ainda, que no Sudeste/Sul a frequência de famílias mutuárias (entre 6 e 9,5%) foi muito maior que no Norte/Nordeste (entre 1 e 4,3%). A frequência de mutuários entre faixas de renda foi muito regressiva, 10% das famílias entre as 5% mais ricas pagavam prestação de imóvel em comparação a 1,3% entre os 25% mais pobres.

Os dados também mostraram que a frequência média de famílias que adquiriu imóvel próprio para sua residência foi de 2,1% nas duas POFs. Porém destaca-se que

ainda 2,5% (dados médios) das famílias adquiriram imóveis que não para sua residência, como casas de veraneio ou terrenos. A frequência em aquisição de imóvel também foi extremamente regressiva, com apenas 2% das famílias adquirindo imóvel (dados médios) entre os 75% mais pobres e 17% entre os 5% mais ricos, processo que tende a acentuar a concentração da riqueza imobiliária.

Com relação aos ônibus urbanos, verifica-se pequeno crescimento da proporção de usuários, devido ao crescimento da renda entre a população mais pobre, já que a parcela mais rica da população vem reduzindo o consumo. De fato, no primeiro quarto de renda houve um aumento de nove pontos percentuais de famílias usuárias nas capitais e RMs (de 60% para 69%) entre as duas POFs, mas o indicador caiu cinco pontos percentuais no décimo mais rico no período (de 45% para 40%).

Vale ressaltar, de todo modo, que o transporte público, a despeito de sua qualidade e eficiência, ainda é utilizado largamente por grande parte da população em todos os níveis de renda. Este fato indica que políticas públicas que visem à melhoria do sistema de transporte público – ainda que em detrimento e com imposição de restrições ao transporte privado – poderiam facilmente trazer novos usuários para o transporte público, já que não há restrição de níveis de renda para o seu uso. Isso resultaria em ganhos de escala, de qualidade ambiental e de eficiência do uso do tempo de trabalhadores e, portanto, em melhoria da produtividade para a sociedade como um todo.

Também se verificou um significativo uso de transporte pirata pela população mais pobre, embora a frequência geral tenha caído de 7% para 5% entre as duas POFs, possivelmente em virtude da maior repressão pelo poder público a esse tipo de atividade. A POF de 2008/2009 constatou que 7% das famílias do quarto mais pobre usaram transporte pirata, o que consumiu 6,4% da renda dos usuários, frente ao destino de 8,7% da renda com ônibus urbano por esta classe.

Ônibus intermunicipal foi um item que pesou muito no consumo da população mais pobre. O serviço foi usado por 6,2% do quarto mais pobre, que destinou 10,2% da sua renda para a despesa. Tal fato é preocupante, pois mostra um gasto excessivo com esse tipo de transporte que é sujeito a regulação do poder estadual. Uma melhor política tarifária para regulação através das agências ou secretarias estaduais de transporte é extremamente necessária. Considerando-se todos os modais de transporte público, a participação da despesa na renda dos usuários foi bastante regressiva em que o quarto mais pobre destinou 9% de sua renda com esse gasto e o décimo mais rico, apenas 1%. Do ponto de vista geográfico, a participação do gasto com transporte público na renda das famílias das capitais e RMs foi bem superior à participação das famílias do interior urbano.

Os dados com IPTU, taxas e demais tributos imobiliários nas POFs 2002/2003 e 2008/2009 mostraram elevada heterogeneidade regional com relação à frequência de pagantes e o ônus na renda familiar com o pagamento dos impostos, além da alta regressividade entre os contribuintes. Muito embora, apenas 12,2% do quarto mais pobre da população tenham pagado algum tributo imobiliário em oposição à abrangência da despesa superior a 50% no décimo mais rico, os contribuintes inseridos no quarto mais pobre destinaram 2,2% de sua renda com a despesa, em oposição a apenas 0,5% no quarto mais rico. Tal fato revela alta regressividade na administração e cobrança do IPTU, cujo problema tende a se acentuar se cada vez mais famílias se tornarem contribuintes do imposto. De fato a proporção de pagantes saltou de 24,5% dos domicílios em 2002/2003 para 32,8% em 2008/2009. A heterogeneidade regional foi marcante: no Norte e Nordeste, a frequência de pagantes se situou entre 12 e 18% das famílias; já no Sudeste e no Sul, a frequência se situou entre 39 e 52% das famílias.

As despesas com água e/ou condomínio (este por englobar a despesa com água) tiveram uma frequência de 72,3% entre as famílias, em 2008/2009, com o gasto representando apenas 1,5% do orçamento familiar dos pagantes. O grande problema se localizou na Região Norte, onde apenas 52,3% das famílias declararam realizar despesa com água.

A análise realizada pelo presente trabalho revelou o perfil do gasto familiar com habitação e transporte público, servindo de instrumento para o debate da focalização da política pública na área. A elaboração e a separação entre o indicador de frequência de pagantes e a participação da despesa na renda familiar dos pagantes nos fornecem um indicador da abrangência da despesa e do seu ônus no orçamento familiar. Isso fornece uma ferramenta de onde é preciso melhorar a oferta e onde é preciso baratear a classe de despesa. A análise geográfica e por estrato de renda familiar permitiu indicar tanto as áreas onde as ações públicas devem ser direcionadas aos mais pobres (que podem ter um gasto excessivo com determinada despesa) quanto as regiões do país onde a desigualdade espacial é mais marcante, além de apresentar também as áreas onde a política pública deve ir pelo caminho da universalização.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

MORAIS, Maria da Piedade; CRUZ, Bruno de Oliveira. *Housing Demand, Tenure Choice and Housing Policy in Brazil*. Washington: Banco Mundial, 2007.

STIVALI, Matheus; GOMIDE, Alexandre Ávila. Padrões de Gasto das Famílias com Transportes Urbanos no Brasil Metropolitano – 1987-2003. *In: Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas*. Brasília: IPEA, v. 2.

ANEXO 1-A: PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PAGANTES E PARTICIPAÇÃO DA DESPESA ANUALIZADA E DEFLACIONADA EM TAXAS URBANAS NA RENDA DOMICILIAR ANUAL DOS PAGANTES (EM %)

| CÓDIGO POF 2008/2009 | DESCRIÇÃO DAS DESPESAS COM TAXAS URBANAS | FREQUÊNCIA (% DE DOMICÍLIOS) | | PARTICIPAÇÃO NA RENDA ANUAL DOS PAGANTES (%, MEDIANA) | |
|----------------------------|--|---------------------------------|--------------|--|-------------|
| | | 2002/2003 | 2008/2009 | 2002/2003 | 2008/2009 |
| 1200601 | TAXAS (COLETA DE LIXO, PREVENÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIO, SEGURANÇA ETC.) | 4,16 | 3,38 | 0,10 | 0,11 |
| 1200602 | TAXA DE COLETA DE LIXO | n.d. | 0,30 | n.d. | 0,21 |
| 1200603 | TAXA DE PREVENÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIO | n.d. | 0,17 | n.d. | 0,04 |
| 1200604 | TAXA DE SEGURANÇA | n.d. | 0,06 | n.d. | 0,32 |
| 1200605 | TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 0,60 | 9,05 | 0,03 | 0,15 |
| 1200606 | TAXA DE CONSERVAÇÃO URBANA | n.d. | 0,04 | n.d. | 0,12 |
| 1200607 | TAXA DE LIXO | n.d. | 0,07 | n.d. | 0,17 |
| 1200608 | TAXA DE ASFALTAMENTO | n.d. | 0,02 | n.d. | 0,12 |
| 1200609 | TAXA DE INSTALAÇÃO DE ESGOTO | n.d. | 0,01 | n.d. | 0,18 |
| 1200610 | TAXA DE TRATAMENTO DE ESGOTO | n.d. | 0,19 | n.d. | 0,12 |
| | TOTAL TAXAS URBANAS DOMICÍLIO DE RESIDÊNCIA | 6,16 | 13,10 | 0,14 | 0,16 |

Fonte: IBGE/POFs de 2002/2003 e de 2008/2009. Elaboração IPEA a partir dos microdados.

ANEXO 1-B: PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PAGANTES E PARTICIPAÇÃO DA DESPESA ANUALIZADA E DEFLACIONADA EM ALUGUEL NA RENDA DOMICILIAR ANUAL DOS PAGANTES (EM %)

| CÓDIGO POF 2008/2009 | DESCRIÇÃO DAS DESPESAS COM ALUGUEL | FREQUÊNCIA (% DE DOMICÍLIOS) | | PARTICIPAÇÃO NA RENDA ANUAL DOS PAGANTES (%, MEDIANA) | |
|----------------------------|---|---------------------------------|-----------|--|-----------|
| | | 2002/2003 | 2008/2009 | 2002/2003 | 2008/2009 |
| 1000101 | ALUGUEL DO IMÓVEL | 12,87 | 17,03 | 12,49 | 12,14 |
| 1000301 | ALUGUEL DE GARAGEM | 0,62 | 0,51 | 1,08 | 1,20 |
| 1000601 | ADICIONAIS DO ALUGUEL DO IMÓVEL (JUROS, MULTA ETC.) | n.d. | 0,13 | n.d. | 0,22 |
| 1000603 | MULTA DO ALUGUEL DO IMÓVEL | n.d. | 0,00 | n.d. | 0,02 |
| 1009001 | ALUGUEL ESTIMADO (IMÓVEIS NÃO PAGANTES) | 70,84 | 83,44 | 16,32 | 14,15 |
| 1200301 | LOCAÇÃO DO IMÓVEL (CONTRATO, DEPÓSITOS DE LOCAÇÃO E CONSERVAÇÃO ETC.) | 0,33 | 0,19 | 2,06 | 0,75 |
| 1200401 | MUDANÇA | 3,59 | 2,64 | 0,40 | 0,41 |
| 1200501/2/3/ 4 | SEGUROS SOBRE O IMÓVEL (INCÊNDIO, ROUBO ETC.) | 1,83 | 1,41 | 0,28 | 0,32 |
| 4702501 | ALUGUEL DE OUTROS IMÓVEIS | 2,07 | 1,45 | 3,17 | 3,07 |
| 4700601 | ALUGUEL DE GARAGEM DE OUTROS IMÓVEIS | 0,17 | 0,09 | 0,19 | 0,87 |
| 4700901/2 | SEGURO CONTRA ROUBO E INCÊNDIO DE OUTROS IMÓVEIS | 0,38 | 0,15 | 0,28 | 0,15 |
| 4702301 | MUDANÇA RELACIONADA A OUTROS IMÓVEIS | 0,66 | 0,81 | 0,41 | 0,34 |

Fonte: IBGE/POFs de 2002/2003 e de 2008/2009. Elaboração IPEA a partir dos microdados.

ANEXO 1-C: PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PAGANTES E PARTICIPAÇÃO DA DESPESA ANUALIZADA E DEFLACIONADA EM TRIBUTOS IMOBILIÁRIOS NA RENDA DOMICILIAR ANUAL DOS PAGANTES (EM %)

| CÓDIGO POF 2008/2009 | DESCRIÇÃO DAS DESPESAS COM TRIBUTOS IMOBILIÁRIOS (EXCETO ITBI) | FREQUÊNCIA (% DE DOMICÍLIOS) | | PARTICIPAÇÃO NA RENDA ANUAL DOS PAGANTES (%, MEDIANA) | |
|----------------------------|---|---------------------------------|--------------|--|-------------|
| | | 2002/2003 | 2008/2009 | 2002/2003 | 2008/2009 |
| 1000501 | IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) | 23,94 | 32,13 | 1,03 | 0,82 |
| 1000502 | IPTU | n.d. | 0,26 | n.d. | 0,25 |
| 1001001 | ADICIONAIS DE IMPOSTO PREDIAL (JUROS, MULTA ETC.) | n.d. | 0,03 | n.d. | 1,40 |
| 1001002 | JUROS DE IMPOSTO PREDIAL | n.d. | 0,01 | n.d. | 0,06 |
| 1001003 | MULTA DE IMPOSTO PREDIAL | n.d. | 0,00 | n.d. | 0,36 |
| 1001101 | IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (IPTR) | 0,74 | 1,04 | 0,18 | 0,11 |
| 1001102 | IPTR | n.d. | 0,12 | n.d. | 0,15 |
| 1001201 | SERVIÇO DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO (SPU) | n.d. | 0,00 | n.d. | 4,27 |
| 1001301 | INCRA | n.d. | 0,10 | n.d. | 0,18 |
| 1001401 | ADICIONAIS DE IPTR | n.d. | 0,00 | n.d. | 1,55 |
| | TOTAL DESPESA TRIBUTOS IMOBILIÁRIOS DOMICÍLIO DE RESIDÊNCIA | 24,68 | 32,78 | 1,00 | 0,82 |
| 4700801 | IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) DE OUTROS IMÓVEIS | 4,18 | 3,85 | 0,45 | 0,38 |
| 4702201 | IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (IPTR) DE OUTROS IMÓVEIS | 2,15 | 0,87 | 0,24 | 0,13 |
| | TOTAL DESPESA TRIBUTOS IMOBILIÁRIOS DE OUTROS IMÓVEIS | 5,99 | 4,43 | 0,41 | 0,36 |

Fonte: IBGE/POFs de 2002/2003 e de 2008/2009. Elaboração IPEA a partir dos microdados.

ANEXO 1-D: PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PAGANTES E PARTICIPAÇÃO DA DESPESA ANUALIZADA E DEFLACIONADA EM AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NA RENDA DOMICILIAR ANUAL DOS PAGANTES (EM %)

| CÓDIGO POF 2008/2009 | DESCRIÇÃO DAS DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE IMÓVEL | FREQUÊNCIA (% DE DOMICÍLIOS) | | PARTICIPAÇÃO NA RENDA ANUAL DOS PAGANTES (% , MEDIANA) | |
|--|---|------------------------------|-------------|--|--------------|
| | | 2002/2003 | 2008/2009 | 2002/2003 | 2008/2009 |
| 1000201 | PRESTAÇÃO DO IMÓVEL | 4,63 | 5,15 | 8,30 | 6,53 |
| 1000701 | ADICIONAIS DE PRESTAÇÃO DO IMÓVEL (JUROS, MULTA ETC.) | n.d | 0,03 | n.d. | 0,46 |
| 1000702 | JUROS DE PRESTAÇÃO DO IMÓVEL | n.d | 0,00 | n.d. | 0,78 |
| TOTAL VALOR DE DESPESA PERIÓDICA DE FINANCIAMENTO DO IMÓVEL DE RESIDÊNCIA | | 4,63 | 5,15 | 8,30 | 6,66 |
| 1200101 | AQUISIÇÃO DO IMÓVEL À VISTA (VALOR PAGO, IMPOSTO DE TRANSMISSÃO ETC.) | 0,06 | 0,84 | 21,19 | 44,18 |
| 1200102 | IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DO IMÓVEL (AQUISIÇÃO À VISTA) | n.d. | 0,02 | n.d. | 0,18 |
| 1200103 | AQUISIÇÃO DO IMÓVEL À VISTA (VALOR PAGO) | 0,80 | 0,03 | 28,58 | 16,48 |
| 1200201 | AQUISIÇÃO DO IMÓVEL A PRAZO (ENTRADA, PARCELAS, TAXAS, IMPOSTOS ETC.) | n.d. | 1,04 | n.d. | 13,38 |
| 1200205 | ENTRADA PARA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL A PRAZO | n.d. | 1,04 | n.d. | 44,68 |
| 1202601 | VALOR DO IMÓVEL ADQUIRIDO EM PRIMEIRA LOCAÇÃO À VISTA | 0,21 | 0,09 | 28,32 | 41,43 |
| 1202701 | VALOR DO IMÓVEL ADQUIRIDO EM PRIMEIRA LOCAÇÃO A PRAZO | 0,49 | 0,38 | 87,94 | 132,29 |
| 1202801 | VALOR DO IMÓVEL ADQUIRIDO USADO À VISTA | 0,66 | 0,23 | 29,77 | 63,26 |
| 1202901 | VALOR DO IMÓVEL ADQUIRIDO USADO A PRAZO | 0,74 | 0,31 | 62,54 | 68,79 |
| TOTAL VALOR DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEL DE RESIDÊNCIA E TAXAS AFINS | | 2,21 | 2,07 | 38,69 | 58,94 |
| 4700101 | AQUISIÇÃO DE OUTROS IMÓVEIS À VISTA OU A PRAZO (PARCELAS, TAXAS ETC.) | 2,26 | 1,36 | 13,24 | 18,19 |
| 4700202 | ESCRITURA DE OUTROS TERRENOS OU IMÓVEIS | n.d. | 0,05 | n.d. | 1,38 |
| 4700301 | CONSÓRCIO DE OUTROS IMÓVEIS (PRESTAÇÃO) | n.d. | 0,08 | n.d. | 3,20 |
| 4702601 | AQUISIÇÃO DE OUTROS TERRENOS OU LOTES À VISTA OU A PRAZO (PARCELAS, TAXAS ETC.) | 0,32 | 1,21 | 14,31 | 16,14 |
| 4709401 | VALOR DE OUTRO IMÓVEL ADQUIRIDO EM PRIMEIRA LOCAÇÃO (NOVO E VALOR TOTAL) | 0,96 | 0,21 | 36,42 | 81,43 |
| 4709501 | VALOR DE OUTRO IMÓVEL ADQUIRIDO USADO (VALOR TOTAL) | 0,96 | 0,32 | 32,38 | 51,75 |
| TOTAL VALOR DE AQUISIÇÃO DE OUTROS IMÓVEIS E TAXAS AFINS | | 2,41 | 2,64 | 29,62 | 24,26 |

Fonte: IBGE/POFs de 2002/2003 e de 2008/2009. Elaboração IPEA a partir dos microdados.

ANEXO 1-E: PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PAGANTES E PARTICIPAÇÃO DA DESPESA ANUALIZADA E DEFLACIONADA EM CONDOMÍNIO NA RENDA DOMICILIAR ANUAL DOS PAGANTES. (EM %)

| CÓDIGO POF 2008/2009 | DESCRIÇÃO DAS DESPESAS COM CONDOMÍNIO | FREQUÊNCIA (% DE DOMICÍLIOS) | | PARTICIPAÇÃO NA RENDA ANUAL DOS PAGANTES (% , MEDIANA) | |
|----------------------|--|------------------------------|-----------|--|-----------|
| | | 2002/2003 | 2008/2009 | 2002/2003 | 2008/2009 |
| 1000401 | CONDOMÍNIO | 6,81 | 8,31 | 3,20 | 3,70 |
| 1000901 | ADICIONAIS DE CONDOMÍNIO (JUROS, MULTA ETC.) | n.d. | 0,01 | n.d. | 0,71 |
| 1202301/2/3/4 | TAXAS EXTRAS DE CONDOMÍNIO | 0,98 | 0,62 | 0,30 | 0,17 |

Fonte: IBGE/POFs de 2002/2003 e de 2008/2009. Elaboração IPEA a partir dos microdados.

ANEXO 1-F: PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PAGANTES E PARTICIPAÇÃO DA DESPESA ANUALIZADA E DEFLACIONADA EM ÁGUA NA RENDA DOMICILIAR ANUAL DOS PAGANTES. (EM %)

| CÓDIGO POF 2008/2009 | DESCRIÇÃO DAS DESPESAS COM ÁGUA | FREQUÊNCIA (% DE DOMICÍLIOS) | | PARTICIPAÇÃO NA RENDA ANUAL DOS PAGANTES (% , MEDIANA) | |
|----------------------|---------------------------------|------------------------------|-----------|--|-----------|
| | | 2002/2003 | 2008/2009 | 2002/2003 | 2008/2009 |
| 0600101 | ÁGUA E ESGOTO (M3) | 64,16 | 66,40 | 1,43 | 1,47 |
| 0700201 | ÁGUA PARA USO GERAL | 7,73 | 2,12 | 0,38 | 0,40 |
| 0700203 | PIPA DE ÁGUA (LITROS) | n.d. | 0,02 | n.d. | 4,10 |
| 0700204 | GARRAFÃO DE ÁGUA (LITROS) | 0,08 | 0,25 | 0,65 | 0,26 |

Fonte: IBGE/POFs de 2002/2003 e de 2008/2009. Elaboração IPEA a partir dos microdados.

ANEXO 1-G: PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PAGANTES E PARTICIPAÇÃO DA DESPESA ANUALIZADA E DEFLACIONADA EM TRANSPORTE URBANO NA RENDA DOMICILIAR ANUAL DOS PAGANTES. (EM %)

| CÓDIGO POF 2008/2009 | DESCRIÇÃO DAS DESPESAS COM TRANSPORTE URBANO | FREQUÊNCIA (% DE DOMICÍLIOS) | | PARTICIPAÇÃO NA RENDA ANUAL DOS PAGANTES (% , MEDIANA) | |
|--|--|------------------------------|--------------|--|-------------|
| | | 2002/2003 | 2008/2009 | 2002/2003 | 2008/2009 |
| 2300101 | ÔNIBUS URBANO | 30,33 | 33,06 | 3,67 | 4,24 |
| 2300201 | TREM | 1,17 | 0,96 | 1,45 | 3,29 |
| 2300301 | TÁXI | 2,80 | 3,36 | 2,58 | 2,66 |
| 2300401 | METRÔ | 2,45 | 1,35 | 1,08 | 1,55 |
| 2300501 | BARCA | 0,40 | 0,19 | 1,80 | 2,38 |
| 2301001 | INTEGRAÇÃO ÔNIBUS-METRÔ | 0,21 | 0,40 | 1,97 | 3,43 |
| 2302001 | ÔNIBUS INTERMUNICIPAL | 10,36 | 7,15 | 4,52 | 4,65 |
| 2302101 | ÔNIBUS INTERESTADUAL | 0,88 | 0,59 | 8,72 | 7,44 |
| 2302301/2/3/4 | TRANSPORTE ALTERNATIVO, LOTADA, KOMBI E VAN | 7,32 | 5,13 | 4,25 | 3,49 |
| 2302601 | MOTO-TÁXI | 1,43 | 2,46 | 2,24 | 2,06 |
| (elaboração própria) | USO DE MAIS DE UM TIPO DE TRANSPORTE | 9,96 | 7,25 | 6,96 | 7,70 |
| TOTAL DESPESA COM TRANSPORTE URBANO | | 45,51 | 45,71 | 4,90 | 4,97 |

Fonte: IBGE/POFs de 2002/2003 e de 2008/2009. Elaboração IPEA a partir dos microdados.

ANEXO 2-A. PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PAGANTES E PARTICIPAÇÃO NA RENDA DOMICILIAR DOS PAGANTES NA DESPESA EM TRANSPORTE PÚBLICO POR PERCENTIL DE RENDA. BRASIL 2008-9.

| PROPORÇÃO DE PAGANTES POR FAIXA DE PERCENTIL DE RENDA (em %) | | | | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|--|
| TIPO DE TRANSPORTE | 0-25 | 25-50 | 50-75 | 75-90 | 90-95 | 95-100 | |
| ÔNIBUS URBANO | 23,1 | 32,8 | 40,0 | 40,5 | 32,2 | 28,4 | |
| TREM | 0,5 | 0,9 | 1,0 | 1,7 | 0,9 | 1,2 | |
| TÁXI | 1,5 | 2,2 | 3,2 | 4,6 | 7,1 | 11,5 | |
| METRÔ | 0,3 | 0,8 | 1,3 | 2,2 | 3,6 | 4,7 | |
| ÔNIBUS INTERMUNICIPAL | 6,2 | 7,6 | 7,8 | 7,4 | 8,3 | 4,5 | |
| TRANSP. ALTERNATIVO, LOTADA, KOMBI E VAN | 6,9 | 5,3 | 4,1 | 2,9 | 3,1 | 1,5 | |
| MOTO-TÁXI | 3,0 | 2,7 | 2,5 | 2,2 | 1,3 | 0,7 | |
| TOTAL | 38,46 | 46,78 | 50,91 | 49,88 | 43,16 | 40,68 | |
| PARTICIPAÇÃO NA RENDA DOS PAGANTES POR FAIXA DE PERCENTIL DE RENDA (em %) | | | | | | | |
| ÔNIBUS URBANO | 8,7 | 6,2 | 4,2 | 2,5 | 1,4 | 0,7 | |
| TREM | 9,4 | 4,2 | 4,6 | 1,8 | 1,0 | 0,5 | |
| TÁXI | 10,0 | 5,8 | 3,5 | 2,0 | 1,4 | 0,7 | |
| METRÔ | 5,6 | 3,5 | 2,3 | 1,3 | 1,4 | 0,5 | |
| ÔNIBUS INTERMUNICIPAL | 10,2 | 5,9 | 4,3 | 2,5 | 1,4 | 0,8 | |
| TRANSP. ALTERNATIVO, LOTADA, KOMBI E VAN | 6,4 | 3,7 | 2,3 | 1,4 | 0,6 | 0,4 | |
| MOTO-TÁXI | 5,2 | 2,2 | 1,4 | 0,8 | 0,4 | 0,3 | |
| TOTAL | 8,71 | 6,26 | 4,62 | 2,73 | 1,69 | 0,82 | |

Fonte: IBGE/POFs de 2008/2009. Elaboração IPEA a partir dos microdados.

ANEXO 2-B. PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PAGANTES E PARTICIPAÇÃO NA RENDA DOMICILIAR DOS PAGANTES NA DESPESA COM ALUGUEIS, IMPOSTOS IMOBILIÁRIOS E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS POR PERCENTIL DE RENDA. BRASIL 2008-9, EM %

| DESPESA | INDICADOR | 0-25 | 25-50 | 50-75 | 75-90 | 90-95 | 95-100 |
|------------------------|------------------------------|------|-------|-------|-------|-------|--------|
| A) IPTU + ITR | PAGANTES | 12,2 | 24,8 | 37,8 | 50,5 | 59,5 | 70,5 |
| | PARTICIP. NA RENDA (mediana) | 2,2 | 1,3 | 0,9 | 0,6 | 0,5 | 0,5 |
| B) PRESTAÇÃO DE IMÓVEL | PAGANTES | 1,3 | 3,1 | 6,6 | 9,4 | 9,1 | 9,8 |
| | PARTICIP. NA RENDA (mediana) | 13,0 | 7,5 | 6,3 | 5,9 | 4,6 | 5,9 |
| C) ALUGUEL | PAGANTES | 18,3 | 15,8 | 16,5 | 16,0 | 15,8 | 14,6 |
| | PARTICIP. NA RENDA (mediana) | 20,4 | 15,4 | 11,6 | 9,0 | 6,8 | 4,9 |
| D) AQUISIÇÃO DE IMÓVEL | PAGANTES | 1,5 | 2,1 | 4,1 | 7,0 | 11,5 | 16,8 |
| | PARTICIP. NA RENDA (mediana) | 36,4 | 29,3 | 31,1 | 52,6 | 33,8 | 49,5 |
| E) CONDOMÍNIO | PAGANTES | 0,9 | 2,6 | 6,3 | 16,7 | 24,7 | 42,3 |
| | PARTICIP. NA RENDA (mediana) | 9,7 | 6,1 | 4,4 | 4,1 | 3,4 | 2,5 |
| F) ÁGUA | PAGANTES | 54,6 | 66,7 | 74,6 | 73,2 | 71,8 | 58,8 |
| | PARTICIP. NA RENDA (mediana) | 3,1 | 1,9 | 1,3 | 0,8 | 0,6 | 0,4 |

Fonte: IBGE/POFs de 2008/2009. Elaboração IPEA a partir dos microdados.

ANEXO 3-A. PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PAGANTES E PARTICIPAÇÃO NA RENDA DOMICILIAR DOS PAGANTES NA DESPESA EM TRANSPORTE PÚBLICO POR GRANDE REGIÃO E ESTRATO GEOGRÁFICO. BRASIL 2008-9, EM %

| REGIÃO | ESTRATO GEOGRÁFICO | ÔNIBUS URBANO | | TREM | | TÁXI | |
|--------------|--------------------|---------------|---------|------------|---------|------------|---------|
| | | % PAGANTES | % RENDA | % PAGANTES | % RENDA | % PAGANTES | % RENDA |
| NORTE | CAPITAIS E RMs | 63,4 | 6,2 | - | - | 9,9 | 3,9 |
| | DEMAIS URBANOS | 10,4 | 2,5 | - | - | 5,3 | 3,2 |
| NORDESTE | CAPITAIS E RMs | 58,0 | 5,3 | 0,6 | 1,9 | 4,7 | 2,9 |
| | DEMAIS URBANOS | 11,3 | 3,3 | 0,2 | 2,2 | 3,1 | 2,6 |
| SUDESTE | CAPITAIS E RMs | 58,5 | 5,4 | 4,1 | 3,9 | 4,8 | 2,1 |
| | DEMAIS URBANOS | 28,4 | 2,8 | 0,2 | 0,8 | 2,7 | 3,0 |
| SUL | CAPITAIS E RMs | 48,8 | 3,2 | 0,4 | 1,7 | 4,6 | 2,1 |
| | DEMAIS URBANOS | 23,5 | 2,9 | - | - | 2,2 | 2,2 |
| CENTRO-OESTE | CAPITAIS | 49,1 | 4,9 | - | - | 2,2 | 1,5 |
| | DEMAIS URBANOS | 16,6 | 4,5 | - | - | 1,1 | 4,0 |

(Continua)

| REGIÃO | ESTRATO GEOGRÁFICO | METRÔ | | ÔNIBUS INTERMUNICIPAL | | TRANSPORTE ALTERNATIVO | |
|--------------|--------------------|------------|---------|-----------------------|---------|------------------------|---------|
| | | % PAGANTES | % RENDA | % PAGANTES | % RENDA | % PAGANTES | % RENDA |
| NORTE | CAPITAIS E RMs | - | - | 1,2 | 3,6 | 8,4 | 2,1 |
| | DEMAIS URBANOS | - | - | 5,2 | 4,2 | 5,4 | 3,5 |
| NORDESTE | CAPITAIS E RMs | 0,5 | 1,0 | 4,8 | 4,8 | 4,3 | 2,9 |
| | DEMAIS URBANOS | - | - | 8,0 | 4,6 | 9,6 | 4,0 |
| SUDESTE | CAPITAIS E RMs | 5,8 | 1,6 | 8,6 | 7,1 | 3,5 | 2,3 |
| | DEMAIS URBANOS | 0,3 | 1,4 | 8,0 | 3,3 | 1,2 | 2,0 |
| SUL | CAPITAIS E RMs | 0,8 | 1,2 | 7,1 | 3,0 | 0,9 | 2,4 |
| | DEMAIS URBANOS | - | - | 6,1 | 3,7 | 0,9 | 4,7 |
| CENTRO-OESTE | CAPITAIS | 1,3 | 1,8 | 0,4 | 2,4 | 0,6 | 1,2 |
| | DEMAIS URBANOS | 0,2 | 1,5 | 4,6 | 5,1 | 0,8 | 2,6 |

Fonte: IBGE/POFs de 2008/2009. Elaboração IPEA a partir dos microdados.


ANEXO 3-B. PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PAGANTES E PARTICIPAÇÃO NA RENDA DOMICILIAR DOS PAGANTES NA DESPESA COM ALUGUEIS, IMPOSTOS IMOBILIÁRIOS E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS POR GRANDE REGIÃO E ESTRATO GEOGRÁFICO. BRASIL 2008-9, EM %

| REGIÃO | ESTRATO GEOGRÁFICO | IPTU | | PRESTAÇÃO DO IMÓVEL | | ALUGUEL | |
|--------------|--------------------|------------|---------------|---------------------|---------------|------------|---------------|
| | | % PAGANTES | % RENDA ANUAL | % PAGANTES | % RENDA ANUAL | % PAGANTES | % RENDA ANUAL |
| NORTE | CAPITAIS E RMs | 11,8 | 0,87 | 2,3 | 6,1 | 17,2 | 12,0 |
| | DEMAIS URBANOS | 13,8 | 0,68 | 1,1 | 8,5 | 14,3 | 9,5 |
| NORDESTE | CAPITAIS E RMs | 17,6 | 0,82 | 4,3 | 7,6 | 18,6 | 12,2 |
| | DEMAIS URBANOS | 16,2 | 0,25 | 2,3 | 7,8 | 16,3 | 9,9 |
| SUDESTE | CAPITAIS E RMs | 39,1 | 1,07 | 6,0 | 7,6 | 20,0 | 15,8 |
| | DEMAIS URBANOS | 51,8 | 0,81 | 9,4 | 4,8 | 20,1 | 12,9 |
| SUL | CAPITAIS E RMs | 42,5 | 1,00 | 8,4 | 8,1 | 17,2 | 11,2 |
| | DEMAIS URBANOS | 51,6 | 0,68 | 6,8 | 7,3 | 17,1 | 11,4 |
| CENTRO-OESTE | CAPITAIS | 42,5 | 1,33 | 3,8 | 8,8 | 26,4 | 14,6 |
| | DEMAIS URBANOS | 30,9 | 1,18 | 3,8 | 9,8 | 21,2 | 12,3 |

(continua)

| REGIÃO | ESTRATO GEOGRÁFICO | AQUISIÇÃO DE IMÓVEL | | CONDOMÍNIO | | ÁGUA | | ÁGUA OU CONDOMÍNIO |
|--------------|--------------------|---------------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|--------------------|
| | | % PAGANTES | % RENDA ANUAL | % PAGANTES | % RENDA ANUAL | % PAGANTES | % RENDA ANUAL | % PAGANTES |
| NORTE | CAPITAIS E RMs | 4,0 | 21,6 | 4,3 | 2,2 | 50,8 | 1,6 | 54,0 |
| | DEMAIS URBANOS | 7,0 | 22,9 | 0,1 | 1,2 | 50,4 | 1,3 | 50,5 |
| NORDESTE | CAPITAIS E RMs | 4,3 | 31,0 | 14,2 | 2,9 | 68,9 | 1,6 | 76,1 |
| | DEMAIS URBANOS | 2,8 | 27,7 | 0,9 | 2,7 | 79,1 | 1,5 | 79,3 |
| SUDESTE | CAPITAIS E RMs | 5,1 | 83,2 | 19,9 | 3,5 | 64,9 | 1,6 | 79,4 |
| | DEMAIS URBANOS | 3,9 | 36,9 | 7,9 | 3,9 | 80,8 | 1,3 | 87,2 |
| SUL | CAPITAIS E RMs | 5,1 | 27,3 | 19,3 | 3,2 | 78,2 | 1,5 | 86,1 |
| | DEMAIS URBANOS | 5,1 | 45,8 | 7,0 | 3,6 | 87,4 | 1,4 | 91,4 |
| CENTRO-OESTE | CAPITAIS | 4,0 | 40,5 | 18,9 | 3,4 | 76,8 | 1,8 | 89,4 |
| | DEMAIS URBANOS | 5,3 | 37,7 | 1,2 | 4,0 | 81,7 | 1,6 | 82,7 |

Fonte: IBGE/POFs de 2008/2009. Elaboração IPEA a partir dos microdados.



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República